



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2025
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	1108398 - CONTABILIDADE PÚBLICA II
Turma	CCM

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

EMENTA

O patrimônio das entidades públicas. Escrituração das contas públicas. Balanço público e prestação de contas. Legislação específica aplicável. Prestação e tomada de contas públicas.

I. Objetivos

Propiciar aos acadêmicos(as) o preparo necessário para atuarem em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração, contabilidade e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE FINANCEIRA - PÚBLICA

1.1 Receita orçamentária e extraorçamentária

1.2 Cauções e demais garantias

1.3 Balanço Financeiro (Anexo 13)

2. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

2.1 Introdução

2.2 Ativo Imobilizado

2.3 Mensuração de Ativos

2.4 Balanço Patrimonial (Anexo 14)

3. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

3.1 VPL Aumentativa

3.2 VPL Diminutiva

3.3 Demonstrativo Consolidado (Anexo 17)

4. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA

4.1 Financiamentos de Longo Prazo

4.2 Precatórios e Demais Dívidas de LP

4.3 Demonstrativo Consolidado (Anexo 16)

5. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

5.1 Empréstimo de Curto Prazo

5.2 ARO – Adiantamento de Receita Orçamentária

5.3 Demonstrativo Consolidado (Anexo 17)

6. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS

6.1 Fundo Municipal da Educação - FUNDEB

6.2 Fundo Municipal da Saúde - FMS

6.3 Regime Próprio de Previdência (RPPS)

7. RELATÓRIOS DE GESTÃO

7.1 Receita Corrente Líquida

7.2 Despesa com Pessoal

7.3 Resultado Nominal e Primário

8. TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Tribunais de Contas

8.2 Controle Interno

8.3 Auditorias Externas

III. Metodologia de Ensino

- Aulas expositivas com auxílio de material apostilado, projetor multimídia;
- Exercícios de leitura e interpretação da legislação aplicável às Finanças Públicas;
- Seminários de apresentação de trabalhos científicos;
- Incentivo à participação do aluno no processo de ensino, por meio de interpelações, sobre os temas debatidos.
- Exercícios práticos sobre a contabilização dos eventos analíticos e sintéticos da Contabilidade Pública.
- Discussões dos temas de forma individualizada ou em grupos;
- Trabalhos práticos

IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e promover a discussão dos temas propostos, o sistema de aprendizagem e



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2025
Tp. Período	Segundo semestre
Curso	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050)
Disciplina	1108398 - CONTABILIDADE PÚBLICA II
Turma	CCM

Carga Horária: 51

PLANO DE ENSINO

avaliação consistirá em provas escritas e trabalhos práticos.

Havendo a necessidade de recuperação de nota no semestre, será solicitado ao acadêmico (a) um trabalho envolvendo um artigo científico, ligado à área da disciplina, consistindo de um exercício ou resenha a ser definido pelo professor e comunicado previamente ao acadêmico(a).

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em 04/07/2021

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018

Complementar

BRASIL Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 16/02/2020.

BRASIL Lei nº 14.133 de 01/04/2021. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em 04/02/2024

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm. Acesso em 04/07/2021.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/G

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 001/2025

Data: 25/02/2025